

Percepções das crianças sobre a desigualdade social

LÍVIA BARBOSA PACHECO SOUZA*

GILMARA DOS SANTOS SILVA**

Resumo: Este trabalho tem como objetivo investigar o entendimento das crianças acerca da desigualdade social, explorando uma nova área que interliga avaliações de justiça e conhecimento sobre relações entre grupos. Por meio de uma revisão bibliográfica qualitativa e documental, este estudo se baseia no conhecimento de outros pesquisadores para ampliar as fronteiras do saber, utilizando livros, artigos, periódicos e teses como base teórica. A pesquisa examina as percepções das crianças sobre desigualdades nos recursos sociais, analisando suas explicações espontâneas para as disparidades raciais no acesso a esses recursos. Frequentemente, as crianças justificaram essas disparidades em termos de diferentes recursos financeiros disponíveis em instituições, evidenciando consciência de que as desigualdades econômicas frequentemente são a base para o acesso diferenciado de grupos aos recursos sociais. Além disso, as crianças atribuíram com maior frequência desigualdades ao tratamento preferencial quando observavam afro-americanos em situação de desvantagem, em comparação com europeus-americanos em situação semelhante, demonstrando consciência de que grupos raciais minoritários têm maior probabilidade de enfrentar restrições no acesso a recursos. Por fim, as crianças que ponderaram sobre o tratamento preferencial também julgaram a desigualdade e as ações que a perpetuaram.

Palavras-chave: Cognição social; Raciocínio; Desigualdade de recurso; Viés.

Children's perceptions of social inequality

Abstract: The aim of this study was to investigate children's understanding of social inequality, representing a novel area at the crossroads of fair assessments and knowledge regarding intergroup dynamics. Utilizing a qualitative documentary bibliographic review, incorporating insights from other researchers as a theoretical foundation, this study seeks to expand the frontiers of knowledge through literature encompassing books, articles, periodicals, and theses. The current work delves into children's perceptions of disparities in social resources by examining their spontaneous explanations for racial discrepancies in accessing these resources. Frequently, children elucidated these discrepancies in terms of varying financial resources within institutions, demonstrating an awareness that economic inequalities often form the basis for distinct group access to social resources. Moreover, children more frequently ascribed inequities to preferential treatment when observing African Americans at a disadvantage, in comparison to instances where they observed European Americans facing similar challenges. This underscores their awareness that racial minority groups are more prone to encountering restricted access to resources. Finally, those children who deliberated on preferential treatment also made judgments concerning the inequality and the actions perpetuating it.

Key words: Social cognition; reasoning; resource inequality; bias.

* LÍVIA BARBOSA PACHECO SOUZA é Especialista em Educação em Gênero e Direitos Humanos pelo NEIM UFBA, em Gênero e Sexualidade na Educação pelo NUCUS UFBA; em Educação para as Relações Étnico-Raciais pela UNIAFRO UNILAB; e discente da Licenciatura Plena em Pedagogia da UNEB.

** GILMARA DOS SANTOS SILVA é Mestranda em Estudos de Linguagem: Contextos Lusófonos Brasil-África pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB); graduada em Letras-Língua Portuguesa pela mesma instituição; e especialista em Sistema de Gestão de Qualidade, Saúde e Meio Ambiente pela UNIFACS; e discente em Administração pela IESC-FAC.

1. Introdução

Durante o seu desenvolvimento, as crianças tornam-se conscientes das disparidades nos recursos disponíveis. Pesquisas sobre os julgamentos morais das crianças, por exemplo, demonstraram suas avaliações negativas em relação à distribuição desigual de recursos entre os pares (KILLEN & SMETANA, 2015). Outros estudos revelaram também a consciência infantil em relação à desigualdade em um âmbito mais amplo. Ao chegarem ao final do ensino fundamental, as crianças conseguem identificar se os indivíduos são ricos ou pobres com base em suas posses materiais (HORWITZ, SHUTTS, & OLSON, 2014). Enquanto a pesquisa sobre os julgamentos morais das crianças em relação à distribuição de recursos revelou raciocínio sobre equidade, justiça e bem-estar dos outros (KILLEN et al., 2016), estudos sobre o raciocínio das crianças acerca das causas da riqueza e da pobreza frequentemente revelaram suposições que associam disparidades econômicas a diferenças de esforço e inteligência (FLANAGAN et al., 2014).

O objetivo deste trabalho foi examinar o raciocínio das crianças sobre a desigualdade social, o que representa uma nova área na interseção entre julgamentos justos e conhecimento sobre relações intergrupais. Por meio de uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo-documental, onde conhecimentos de outros pesquisadores serão utilizados como embasamento teórico, este estudo visa ampliar as fronteiras do conhecimento por meio de livros, artigos, periódicos e teses. A utilização dessa metodologia científica está associada à amplitude de conteúdos que podem ser encontrados.

2. Modelo de desenvolvimento do raciocínio social

Para contextualizar o estudo atual, adotamos um modelo teórico integrativo conhecido como o Modelo de Desenvolvimento do Raciocínio Social (DRS), o qual enfatiza a importância das preocupações morais relacionadas à justiça, bem como as afiliações e expectativas de grupo ao longo do desenvolvimento (KILLEN, ELENBAAS, & RUTLAND, 2015). Esse modelo teórico baseia-se em um extenso corpo de trabalho sobre desenvolvimento moral, seguindo a perspectiva da Teoria do Domínio Social (SMETANA, JAMBON, & BALL, 2014), além de teorias de desenvolvimento de identidade social que exploram o desenvolvimento de atitudes intergrupais (ABRAMS & RUTLAND, 2008).

Pesquisas substanciais sobre as atitudes intergrupais das crianças têm se concentrado nos aspectos negativos associados à participação em grupos e ao tratamento dispensado por elas aos outros (por exemplo, vieses dentro do grupo e preconceitos). Similarmente, o Modelo DRS postula que, em diversos contextos sociais, os estereótipos e preconceitos das crianças podem influenciá-las a tratar injustamente os outros.

Por exemplo, crianças frequentemente excluem, provocam ou evitam colegas baseando-se em estereótipos relacionados a características de grupos, como raça ou gênero (KILLEN et al., 2015). Contudo, o Modelo DRS sugere que o conhecimento sobre as relações intergrupais pode, de fato, contribuir para promover a justiça na infância, em vez de obstruí-la.

Esse conhecimento social sobre as relações intergrupais pode englobar o reconhecimento de situações em que as interações entre grupos foram injustas. Conforme as crianças crescem, há um aumento gradual de consciência sobre como as normas envolvendo interações intergrupais nem sempre são moralmente aceitáveis.

Por exemplo, em comparação com crianças mais novas, adolescentes têm maior capacidade de distinguir entre suas expectativas sobre como os membros dos grupos interagem e seus julgamentos sobre como os indivíduos devem se relacionar entre si (MULVEY E KILLEN, 2015). Pesquisas baseadas no Modelo DRS têm evidenciado como esse desenvolvimento do conhecimento sobre o funcionamento dos grupos pode influenciar as decisões das crianças de desafiar práticas injustas de grupos, inclusive a exclusão de pares pertencentes a "grupos externos" sociais (KILLEN & RUTLAND, 2011).

No contexto deste estudo, o Modelo DRS sugere que, quando as crianças reconhecem injustiças passadas nas relações entre grupos, elas podem utilizar esse conhecimento para defender relações justas entre os grupos no presente. Esse modelo gerou novas hipóteses sobre a relação entre as explicações dadas pelas crianças para as disparidades de recursos observadas entre grupos e seus julgamentos sobre a injustiça dessas disparidades de recursos, bem como as ações tomadas para perpetuá-las.

3. A visão das crianças para a desigualdade social

Por volta dos 10 a 11 anos de idade, as crianças têm consciência de que diferentes grupos sociais, inclusive grupos raciais, geralmente apresentam diferenças no status econômico (NEWHEISER; OLSON, 2012). Contudo, ainda não está claro se as crianças também percebem que as disparidades no status econômico do grupo são frequentemente a base das desigualdades raciais observadas no acesso aos recursos sociais.

As disparidades econômicas representam uma forma primordial de desigualdade. Enquanto as desigualdades no acesso a recursos sociais, como educação de qualidade e assistência médica, muitas vezes se alinham com outras categorias de grupos (incluindo raça), as desigualdades econômicas são a raiz subjacente da desigualdade na maioria dos outros domínios (SAEGERT et al., 2007).

É importante notar que a literatura existente sugere um desenvolvimento lento do conhecimento sobre os fundamentos econômicos das desigualdades de recursos entre os grupos. Por exemplo, salvo algumas exceções (HUSSAK & CIMPIAN, 2015), estudos têm demonstrado que crianças não consideram de maneira espontânea como fatores sociais (como educação insuficiente ou oportunidades de trabalho) contribuem para as diferenças no status econômico dos indivíduos até os 12–18 anos de idade (FLANAGAN et al., 2014). Crianças mais novas também parecem perceber certas desigualdades de recursos baseadas em grupos como merecidas e assumem que o status quo é como deve ser (OLSON et al., 2011).

Além disso, há muitos casos em que os adultos racionalizam ou legitimam as desigualdades existentes entre os grupos, atendendo a uma necessidade psicológica de entender o status quo como bom, justo, natural, desejável e inevitável (JOST, BANAJI, & NOSEK, 2004).

O entendimento das crianças sobre as conexões entre disparidades econômicas e o acesso desigual dos grupos aos recursos sociais tem implicações cruciais para suas relações sociais e atitudes em relação a pares favorecidos e desfavorecidos. No final dos anos elementares, por exemplo, as crianças aderem a estereótipos que associam sucesso econômico a méritos pessoais (como trabalho árduo e inteligência) e associam desvantagem econômica a falhas pessoais (como preguiça) (SHUTTS et al., 2016). Isso resulta na exclusão de pares estigmatizados com base nesses estereótipos (ABRAMS & KILLEN, 2014).

Portanto, compreender as suposições das crianças sobre as causas das desigualdades nos recursos sociais oferece uma perspectiva sobre as origens dos estereótipos que perpetuam um ciclo prejudicial de desigualdade (ABRAMS & KILLEN, 2014).

Há indícios, no entanto, de que as crianças podem reconhecer alguns dos fatores econômicos que contribuem para as disparidades de grupo no acesso aos recursos sociais antes da adolescência. Ao contrário das diferenças individuais no status econômico, as diferenças relacionadas à raça no acesso aos recursos sociais são preocupações de nível de grupo, trazendo à tona fatores de nível de grupo, como associações entre raça e riqueza. No final dos anos elementares, as crianças estão cientes de que diferentes grupos sociais, incluindo grupos raciais, geralmente diferem em

status econômico (SHUTTS et al., 2016). Portanto, elas podem ser capazes de reconhecer alguns dos fatores econômicos subjacentes a uma clara disparidade racial no acesso aos recursos sociais.

4. Explicações para a desigualdade com base na raça do grupo

A partir desse ponto, crianças de certos grupos raciais têm, em média, maior probabilidade de ter acesso restrito a recursos em comparação com crianças de outros grupos raciais. Por exemplo, crianças afro-americanas, em média, têm maior probabilidade de frequentar escolas com recursos limitados do que crianças europeu-americanas (DUNCAN & MURNANE, 2011).

Estudos relacionados à consciência das crianças sobre preconceitos revelaram que, por volta dos 10 a 13 anos de idade, as crianças estão cientes de que, em determinados contextos, membros de grupos étnico-raciais minoritários têm maior probabilidade de serem alvos de discriminação do que europeu-americanos (HUGHES, 2011). É plausível que as crianças também percebam discriminação quando um grupo racial minoritário recebe menos recursos do que um grupo racial majoritário, embora essa possibilidade ainda não tenha sido empiricamente testada.

Neste estudo, apresentamos aos participantes dois cenários: um em que instituições que atendem afro-americanos recebem menos recursos e outro em que instituições que atendem a europeus-americanos recebem menos recursos. Verificar se as crianças percebem ou não a discriminação como mais provável quando certos grupos são alvos de acesso restrito a recursos é de suma importância, pois isso influencia

suas respostas diante dessa desigualdade.

Há escassas evidências de que a adoção de uma abordagem "daltônica" (ignorar diferenças raciais) seja suficiente para preparar as crianças para lidar com questões de desigualdade em suas vidas ou na sociedade (PAHLKE, BIGLER, & SUIZZO, 2012). Ao contrário, para rejeitar padrões injustos de distribuição, as crianças devem, primeiramente, ser capazes de reconhecê-los como injustos.

5. Como as explicações das crianças para disparidades de recursos influenciam seus julgamentos sobre a injustiça

Neste estudo, foi mensurada a compreensão das crianças sobre as causas das disparidades de recursos entre grupos, e essas diferenças foram utilizadas para prever os julgamentos morais das crianças sobre as desigualdades observadas. Embora poucos estudos tenham adotado essa abordagem, o entendimento de como as diferentes percepções das crianças sobre a desigualdade influenciam seus julgamentos sobre como as disparidades devem ser tratadas é crucial para o desenvolvimento de programas educacionais eficazes destinados a ampliar as oportunidades para grupos desfavorecidos.

Além disso, um estudo anterior constatou que um workshop planejado para auxiliar os participantes a identificar preconceitos raciais no ambiente de trabalho e desenvolver estratégias para combatê-los aumentou as expectativas das crianças de 10 a 13 anos em relação ao futuro de suas carreiras (HUGHES, 2011). Em suma, a conscientização sobre a natureza injusta e discriminatória das disparidades baseadas em grupos auxilia os

adolescentes a desafiar as desigualdades do status quo.

É possível que essas mesmas relações entre percepções de desigualdade e julgamentos de injustiça também estejam presentes em alunos mais velhos do ensino fundamental. Investigamos essa questão diretamente, examinando em que medida as explicações das crianças para as disparidades observadas previam seus julgamentos sobre a injustiça das desigualdades e as ações que perpetuam tais disparidades. Ao apresentar disparidades diretas nos recursos familiares entre pares, nosso objetivo foi examinar as raízes anteriores da relação entre as percepções das crianças sobre desigualdade e seus julgamentos sobre o assunto.

As explicações e julgamentos das crianças sobre as disparidades em materiais escolares e de saúde são relevantes, pois, embora a maioria das pesquisas sobre os julgamentos das crianças em relação à desigualdade de recursos tenha se concentrado em diferenças de recursos pequenos e desejáveis, como doces e brinquedos, estudos indicam que, dos 9 aos 11 anos, as crianças apoiam seus próprios direitos e os dos outros aos recursos sociais, incluindo educação de qualidade e assistência médica (PETERSON-BADALI et al., 2004). Elas também têm uma tendência crescente a rejeitar políticas tendenciosas relacionadas à distribuição desses recursos (KILLEN et al., 2002).

Esses achados sugerem que as disparidades raciais nos suprimentos educacionais e de saúde podem ser especialmente perceptíveis para crianças de 10 a 11 anos de idade. Crianças que associam essas desigualdades à discriminação, por exemplo, podem ser particularmente inclinadas a julgá-las de

maneira negativa e a rejeitar comportamentos de alocação tendenciosa que perpetuam a desigualdade. Ao abordarmos as desigualdades de recursos educacionais e de saúde neste estudo, buscamos obter uma compreensão mais ampla das percepções das crianças sobre as desigualdades sociais do que seria possível em um contexto isolado.

6. Considerações finais

As novas descobertas deste estudo revelaram o processo de raciocínio das crianças sobre as desigualdades de recursos sociais entre grupos raciais e como o reconhecimento dos fatores sociais subjacentes às disparidades de recursos contribui para a rejeição dessas diferenças.

Em contraste com pesquisas anteriores que exploraram como as crianças atribuem riqueza e pobreza ao mérito individual, neste estudo, as crianças não explicaram as disparidades raciais no acesso a recursos educacionais e de saúde em termos de esforço ou inteligência. Ao invés disso, alunos entre 10 e 11 anos frequentemente mencionaram as discrepâncias nos recursos financeiros das instituições, demonstrando uma consciência de que as desigualdades econômicas frequentemente estão por trás das diferenças de acesso aos recursos sociais entre grupos.

Além disso, as crianças eram mais propensas a atribuir desigualdades ao tratamento tendencioso ou preferencial quando testemunhavam um grupo recebendo menos recursos, revelando uma consciência de que grupos raciais minoritários são mais suscetíveis a serem alvo de discriminação na distribuição diferencial de recursos.

Por fim, as crianças que explicaram as disparidades de recursos que

observaram em termos de tratamento preferencial consistentemente julgaram essas desigualdades e as ações discriminatórias destinadas a perpetuá-las como mais erradas do que aquelas que consideraram outros fatores. Isso destaca uma ligação direta entre a compreensão de algumas das causas sociais subjacentes ao acesso diferenciado dos grupos aos recursos e a rejeição das desigualdades sociais.

Embora muitas pesquisas tenham focado nos aspectos negativos do comportamento intergrupais, como preconceitos e vieses, uma previsão importante do modelo de desenvolvimento do raciocínio social é que, em certos contextos, o conhecimento sobre as relações entre grupos pode motivar as crianças a desafiar práticas injustas do grupo, incluindo a distribuição diferencial de recursos essenciais entre os grupos.

Portanto, as crianças que perceberam a desigualdade de recursos como discriminatória, refletindo tratamento preferencial, tendiam a julgá-la como errada. Assim, aquelas que reconheceram a injustiça das relações intergrupais no passado foram capazes de utilizar esse conhecimento para rejeitar tentativas de perpetuar padrões injustos.

Ao contrário das diferenças individuais no status econômico, as disparidades raciais no acesso aos recursos sociais são preocupações de nível de grupo, trazendo à tona fatores de nível coletivo, como associações entre raça e riqueza.

Referências

ABRAMS D, KILLEN M. Exclusão social de crianças: origens desenvolvimentais do preconceito. **Jornal de Questões Sociais**. 2014; 70:1–11. doi: 10.1111/josi.12043.

ABRAMS D, RUTLAND A. O desenvolvimento da dinâmica de grupo subjetiva. In: Levy SR, Killen M, editores. *Atitudes e relações intergrupais na infância até a idade adulta*. Nova York, NY: Oxford University Press; 2008. P. 47–65.

DUNCAN GJ, MURNANE RJ. Onde oportunidade? Desigualdade crescente, escolas e oportunidades na vida das crianças. Nova York, NY: **Fundação Russell Sage**; 2011.

FLANAGAN CA. et al. Teorias dos adolescentes sobre desigualdade econômica: por que algumas pessoas são pobres enquanto outras são ricas? **Psicologia do Desenvolvimento**. 2014; 50: 2512–2525.

HUGHES D. Correlatos das mensagens dos pais afro-americanos e latinos para os filhos sobre etnia e raça: um estudo comparativo da socialização racial. **Jornal Americano de Psicologia Comunitária**. 2011; 31:15–33.

HUSSAK LJ, CIMPIAN A. Uma heurística explicativa emergente promove suporte para o status quo. **Jornal de Personalidade e Psicologia Social**. 2015; 109:739–752.

JOST JT, BANAJI MR, NOSEK BA. Uma década de teoria da justificação do sistema: evidências acumuladas de reforço consciente e inconsciente do status quo. **Psicologia Política**. 2004; 25:881–919.

KILLEN M, ELENBAAS L, RUTLAND A. Equilibrar o tratamento justo dos outros enquanto preserva a identidade e a autonomia do grupo. **Desenvolvimento Humano**. 2015; 58:253–272.

KILLEN M, RUTLAND A. Crianças e exclusão social: Moralidade, preconceito e identidade de grupo. **Wiley-Blackwell**; 2011.

KILLEN M, SMETANA JG. Origens e desenvolvimento da moralidade. In: Lamb ME, editor. *Manual de psicologia infantil e ciência do desenvolvimento*. 7. Vol. 3. Nova York, NY: **Wiley-Blackwell**; 2015. pp. 701–749.

KILLEN M. et al. Como crianças e adolescentes avaliam gênero e exclusão racial. **Monografias da Society for Research in Child Development**. 2002; 67 :1–129.

KILLEN M. et al. O papel dos processos de grupo na exclusão social e nas decisões de alocação de recursos. In: Rutland A, Nesdale D, Spears Brown C, editores. *Manual de processos grupais em crianças e adolescentes*. Nova York, NY: **Wiley-Blackwell**; 2016.

MULVEY KL, KILLEN M. Desafiando os estereótipos de gênero: resistência e exclusão. **Desenvolvimento infantil**. 2015; 86: 681–694.

NEWHEISER AK, OLSON KR. Viés intergrupais implícito de crianças americanas brancas e negras. **Jornal da psicologia social experimental**. 2012; 48: 264–270.

OLSON KR. et al. As respostas das crianças às desigualdades baseadas no grupo: perpetuação e retificação. *Cognição social*. 2011; 29: 270–287.

PAHLKE E, BIGLER RS, SUIZZO MA. Relações entre socialização dialéctica e preconceito racial infantil: evidências de mães americanas europeias e seus filhos em idade pré-escolar. **Desenvolvimento infantil**. 2012; 83: 1164–1179.

PETERSON-BADALI M. et al. Preditores de atitudes maternas e do início da adolescência em relação aos direitos de nutrição e autodeterminação das crianças. **Jornal da Primeira Adolescência**. 2004; 24: 159–179.

SAEGERT SC. Et al. **Relatório do Grupo de Trabalho da APA sobre o Estatuto Socioeconômico**. Washington, DC: 2007.

SHUTTS K. et al. As crianças usam sinais de riqueza para avaliar os outros. **PLoS UM**. 2016; 11: e 0149360.

SMETANA JG, JAMBON M, BALL C. A abordagem do domínio social aos julgamentos morais e sociais das crianças. In: Killen M, Smetana JG, editores. *Manual de desenvolvimento moral*. 2. Nova York, NY: **Psychology Press**; 2014. p. 23–45.

Recebido em 2023-12-24
Publicado em 2024-10-04